

# O QUE E QUEM RECLAMA? A zona do meretrício de Passo Fundo (RS) no jornal *O Nacional* (1949-1955)

## WHO IS COMPLAINING AND ABOUT WHAT? The red light district of Passo Fundo-RS in newspaper *O Nacional* (1949-1955)

Bruna Telassim Baggio<sup>1</sup>  
Marlise Regina Meyrer<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo analisa as representações da zona do meretrício de Passo Fundo (RS) no jornal local *O Nacional*, nos anos 1949-1955, quando o periódico lançou uma campanha para a retirada da zona da Rua Quinze de Novembro, no centro da cidade. Através das matérias publicadas e da fonte oral, busca-se estabelecer a relação dessas representações com a construção de um imaginário sobre aquele espaço que perdura até os dias atuais. Nesse processo os registros da imprensa se articulam à memória social coletiva na elaboração e legitimação de determinadas visões de mundo, que atuam sobre a sociedade.

**Palavras-chave:** Zona do meretrício. Imprensa. Memória.

**Abstract:** The article analyzes the representations of the red light district of Passo Fundo (RS) in the local newspaper *O Nacional* in the years 1949-1955, when the newspaper launched a campaign for the removal of the brothels from the downtown area. Through the stories published and oral sources, it seeks to establish the relation of these representations with the construction of an imaginary about that space that lasts until the present. In this process, press records are articulated with the collective social memory in the elaboration and legitimation of certain world-views that affect society.

**Keywords:** Red light district. Press. Memory.

### 1 INTRODUÇÃO

De acordo com uma matéria do jornal *O Nacional* intitulada “Uma verruga no nariz da cidade”, em 1949 a “metrópole da serra gaúcha” (Passo Fundo – RS) era “motivo obrigatório das conversas dos viajantes de todas as latitudes” devido à fama da zona do meretrício localizada no centro da cidade.<sup>3</sup> De fato, a cidade recebia muitos caixeiros-viajantes, que na época, segundo depoimentos orais, desembarcavam na estação de trem e iam direto para a rua Quinze de Novembro, desfrutar da zona do meretrício. O local teve seu auge entre as décadas de 1930 e 1940, e comportava *dancings*, restau-

rantes, bares, prostíbulos, cassinos, entre outros estabelecimentos, constituindo-se em um importante espaço de sociabilidade e de comércio para Passo Fundo e região.

Todavia, na década de 1950, o processo de urbanização em Passo Fundo e a preocupação de diversas instituições com a expansão de espaços de prazeres que infringiam os códigos de moralidade do município fizeram com que a zona do meretrício e sua localização no centro da cidade passassem a representar um problema para alguns setores sociais. Essa questão foi expressa pelo jornal local *O Nacional* em uma campanha para a retira-

<sup>1</sup> Graduada em História pela UPF, professora da rede municipal de São José dos Campos (SP).

<sup>2</sup> Doutora em História e professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Escola de Humanidades da PUCRS.

<sup>3</sup> UMA VERRUGA no nariz da cidade. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 9, 10 out. 1949.

da da zona do meretrício da rua Quinze de Novembro, que iniciou-se em 1949 e terminou em 1955, após a determinação jurídica de um ano para a retirada dos estabelecimentos localizados na rua.

O objetivo do presente trabalho é analisar as formas como o jornal *O Nacional* de Passo Fundo/RS representou a zona do meretrício nas suas matérias, durante todo o período da campanha (1949-1955), estabelecendo a relação dessas representações com a construção de um imaginário sobre aquele espaço que perdura até os dias atuais. Embora o jornal seja tanto nosso objeto quanto fonte principal de estudo, também recorreremos à fontes orais para fundamentar o contexto histórico.

Os relatos são analisados à luz de referências bibliográficas sobre o contexto em questão, pois concordamos com Janoti (2010) quando ela aponta para a necessidade de se recorrer a fontes múltiplas, lembrando que o testemunho do depoente não é apenas um relato do que viu e ouviu, mas uma construção de um determinado discurso sobre o fato. A utilização dessa metodologia, aqui, liga-se diretamente à questão da memória. Interessa-nos a elaboração da memória coletiva do grupo. Nesse sentido, o conjunto de depoimentos e seus significados são entendidos na medida em que se referem à mesma realidade, ou seja, uma realidade comungada por todo o grupo social, adquirindo dessa forma um significado coletivo. Os relatos de memória atrelam-se aos registros publicados na imprensa do período, na medida em que os discursos veiculados no jornal [*O Nacional*] tanto respaldam certas visões de mundo da coletividade em questão quanto reelaboram tais visões, de acordo com seus interesses e/ou ideologias.

Ao privilegiarmos a imprensa, mais especificamente *O Nacional*, como fonte para nosso estudo, entendemos que ela se constitui num registro impresso dos acontecimentos da época sem descuidar, no entanto, de que foi elevado a esta categoria – acontecimento – por uma escolha dentro de uma multiplicidade de acontecimentos que permeiam a vida social. Por isso, é fundamental levarmos em consideração essa subjetividade, procurando identificar quais as forças que agem sobre uma ou outra representação e como elas poderiam influenciar a realidade ou mesmo quais as relações que mantêm com a realidade.

Para tal análise, recorreremos aos estudos de Charadeau, que define informação como um ato de transmissão, “que faria que com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhe-

cido [...]” (CHARADEAU, 2006, p. 33). Todavia, problematiza essa transmissão a partir de algumas questões, como: Quem informa e por que informa? Qual é a natureza da informação? Quem é o receptor da informação e qual a sua relação com o sujeito informador? Enfim, “Qual é o resultado pragmático, psicológico, social desse ato e qual é seu efeito individual e social?” (CHARADEAU, 2006, p. 33). Dessa forma, o ato de “apenas informar” das mídias vai se transformando em uma ação a ser investigada. Nosso trabalho é tentar responder essas questões assinaladas por Charadeau, entendendo que nenhuma informação possui neutralidade ou factualidade. Informar é uma escolha, e “não somente escolha de conteúdos a transmitir [...] mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas” (CHARADEAU, 2006, p. 39).

O estudo das mídias possui origem nas décadas de 1960/70, quando “foi descoberto o homem social” – aquele que é o criador de sua sociedade e sua cultura e, ao mesmo tempo, o produto delas (BODERNAVE, 1997, p. 7). À medida que os meios de comunicação foram se aperfeiçoando e aumentando sua difusão, as influências dos meios de comunicação nesse “homem social” (que é produto de sua sociedade/cultura) cresceram, sendo cada vez mais reconhecidas. Hoje, compreendemos a mídia como um fator de peso na formação das sociedades modernas, estando presente em todas as esferas da sociedade. “O impacto dos meios sobre as ideias, as emoções, o comportamento econômico e político das pessoas, cresceu tanto, que se converteu em fator fundamental de poder e de domínio em todos os campos da atividade humana” (BODERNAVE, 1997, p. 33).

Uma das principais formas de poder exercido pela mídia é o poder simbólico. Para Thompson (2005, p. 24), os meios de comunicação são “um tipo distinto de atividade social que envolve transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica utilização de recursos de vários tipos, todos eles decorrentes de alguma forma técnica”. Para o autor, “as ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descreer, apoiar os negócios de estado ou sublevar as massas em revolta coletiva” (THOMPSON, 2005, p. 24).

O período ora em estudo (1949-1955) caracteriza-se pela fase de transição da imprensa brasileira. Segundo Marialva Barbosa, na década de 1950 uma série de mudanças (modernização gráfica, editorial, lingüís-

tica e empresarial) transformou inteiramente a face do jornalismo:

O jornalismo da década de 1950 sedimentou uma série de mudanças que já vinham sendo implementadas desde a primeira década do século e que encontra na conjunta história dos anos 1950 eco favorável ao discurso de neutralidade. [...] O que se procura construir naquele momento é a autonomia do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a autoconstrução da legitimidade da própria profissão. [...] a mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor (BARBOSA, 2007, p. 150).

O que Barbosa (2007, p. 152) expõe é a ideia de imparcialidade que os jornais passam a promover nesse contexto e como isso oferece reconhecimento do público do periódico como lugar de informação, “ainda que a carga opinativa não tenha sido alijada das publicações”. Todo esse processo resulta na afirmação do jornalismo como “fala autorizada em relação à constituição do real. O discurso jornalístico se reveste da aura de fidelidade aos fatos, o que lhe confere considerável poder simbólico” (RIBEIRO, 2000, p. 8 apud BARBOSA, 2007, p. 151).

Entretanto, podemos observar que nas matérias publicadas sobre a zona do meretrício *O Nacional* não adota o modelo da imparcialidade, desde o primeiro ano (1949), quando lança a campanha de retirada: “Somos de opinião que a zona do meretrício deve sair da parte central da cidade”<sup>4</sup>. Todavia, promove essa campanha com a justificativa de ser “um ponto de vista, aliás, ressaltado por todos”<sup>5</sup>, e que acredita “que o interesse coletivo sempre deve predominar sobre o particular”<sup>6</sup>. Nos títulos das matérias, cita a campanha como a “voz unânime do povo passofundense”<sup>7</sup>. Deste modo, promovia a ideia de neutralidade, quando se apresentava como defensor dos interesses de todos sem assumir interesses próprios. Como veremos posteriormente, esses interes-

ses existiam, assim como a retirada da zona do meretrício não era uma questão unânime.

A rua Quinze de Novembro em Passo Fundo – RS concentrou, ao longo dos anos 1940 e 1950, uma série de estabelecimentos voltados para atividades e práticas consideradas marginais pela sociedade tradicional da cidade. *Dancings*, cassinos, bares e pensões, que alugavam quartos para a prática da prostituição, compunham o cenário do local, que também era um espaço de sociabilidade, onde parte da elite masculina fechava negócios e fazia política. Um desses estabelecimentos se sobressaiu, ganhando fama nacional: o *Cassino da Maroca*, ou *Cassino Palácio*.

O Cassino recebia a elite local, visitantes de fora da cidade e mesmo do Estado. Era considerado inacessível para a maioria da população. Mulheres bem vestidas, vindas dos países vizinhos como Uruguai e Argentina, orquestras e mesas regadas a champanhe fazem parte do imaginário da cidade sobre o Cassino. Imaginário este retratado na obra da artista plástica Ruth Schneider<sup>8</sup>, a partir das memórias de seu padrao, motorista de táxi no local à época.

Os anos áureos da movimentação da Rua Quinze foram os da década de 1940 até meados de 1950. Em 1955, com a proximidade das comemorações do centenário da cidade, alguns membros da sociedade de Passo Fundo, com apoio das autoridades locais, promoveram, através do jornal *O Nacional*, uma intensa campanha para a retirada da zona do meretrício daquele local, que ficava praticamente no centro da cidade.<sup>9</sup>

A zona do meretrício era tema de diversas matérias do *O Nacional*, não somente vinculadas à campanha. “O que o povo reclama” era uma coluna reservada para reclamações dos passo-fundenses sobre a cidade, e a zona do meretrício foi o tema mais recorrente na coluna, conforme nossa pesquisa indica. O local também era citado com frequência nas “Ocorrências policiais” e nos artigos de opinião com políticos, padres e médicos.

Após o sucesso da campanha do *O Nacional* para a retirada da zona do centro da cidade e da mobilização

<sup>4</sup> APLAUSOS à campanha do Delegado de Polícia, em prol da MORALIDADE. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 04 fev. 1955.

<sup>5</sup> CANCELADAS licenças para os dancings na zona. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 10 fev. 1955.

<sup>6</sup> IMPÕE-SE a extinção da atual “zona do meretrício”. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 05 fev. 1955.

<sup>7</sup> PESA, como um anatema, sobre a cidade! A atual zona do meretrício deve ser extinta! É a voz unânime do povo PASSOFUNDENSE. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 09 fev. 1955.

<sup>8</sup> Ruth Schneider foi uma artista plástica, natural da cidade de Passo Fundo, cujos trabalhos ganharam expressão nacional. Entre suas obras destaca-se a coleção que retrata cenas das memórias de sua infância, entre as quais a série sobre o Cassino da Maroca, que lhe eram contadas por seu padrao. Atualmente parte de suas obras podem ser conhecidas no Museu que leva o seu nome na cidade de Passo Fundo: o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider em Passo Fundo/RS.

<sup>9</sup> Segundo depoimentos de antigos moradores, a rua, inicialmente, não ficava no centro, mais muito próxima do centro. Com a intensificação do desenvolvimento urbano da década de 1950, ela passou a ser considerada como parte da região central da cidade.

de alguns setores, a zona do meretrício, conhecida pelos atrativos que oferecia, em fins da década de 1950 já não existia mais na rua Quinze. Fora transferida para bairros afastados do centro da cidade (Xangrilá e Petrópolis).

Entretanto, mais de 50 anos após seu fechamento, a *Zona da Quinze* ainda é lembrada pelos moradores de Passo Fundo. Alguns a relembram como “uma rua proibida”,<sup>10</sup> “um espaço tolerado”<sup>11</sup>, outros, até mesmo como “lugar calmo”.<sup>12</sup> Independentemente da variabilidade do discurso sobre o local, o fato é que a rua Quinze de Novembro pode ser entendida como um *lugar de memória*. Na concepção do historiador Pierre Nora, o conceito refere-se a lugares com efeito material, simbólico e funcional, onde a memória se cristaliza, causado pela consciência da ruptura com o passado, despertando a encarnação da memória nos lugares. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA, 1993).

Entretanto, a instituição desse espaço como um *lugar de memória* não está livre de disputas. Disputas entre o que se quer lembrar e o que se quer esquecer, disputas, sobretudo, pelo reconhecimento da legitimidade do que é memorável no município. A memória legítima, entretanto, associa-se, muitas vezes, aos “abusos” do uso da memória, resultantes da manipulação da memória e do esquecimento pelos detentores do poder (RICOEUR, 2007, p. 93). O autor se refere à memória “instrumentalizada” para falar desses “abusos” e os relaciona com a problemática da identidade. As discussões sobre o tombamento do prédio onde se situava o Cassino da Maroca, “símbolo da boemia e da diversão das noites de Passo Fundo” (ROHRIG, 2016), evidenciam essa disputa pela memória, envolvendo a construção da identidade dos passo-fundenses.

Uma ação do Ministério Público sobre o tombamento do prédio do antigo Cassino da Maroca, na rua Quinze de Novembro, permanece aberta desde

2007. Depois de ter sido julgada improcedente pelo Judiciário em Passo Fundo e pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o promotor recorreu das decisões junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O prédio, além do Cassino, sediou posteriormente o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), uma delegacia e um sindicato. O prédio, um sobrado, foi construído no final dos anos 30 e inaugurado em 1941, projetado pelo construtor civil João de César a pedido de Isaltina Rodrigues, conhecida como Maroca. Segundo matéria publicada no jornal *Zero Hora*, de 20/09/2013, de uma lista de prédios a serem patrimonializados, organizada pela Universidade de Passo Fundo, somente a edificação do antigo Cassino não se tornou patrimônio.

Adquirido por dois empresários em 2010, o prédio foi reformado e, embora os proprietários tenham se comprometido com a manutenção da fachada original, constata-se sua descaracterização. Em depoimento para o jornal *O Nacional* (10/11/2010), um dos compradores, Igor Loss da Silva, explicou os motivos da Justiça não ter aprovado o tombamento até aquele momento: “[...] a Justiça considerou que não foi determinado o valor histórico do imóvel por ter sido uma casa de prostituição [...]”. A reportagem diz, ainda, que o sobrado não é considerado legalmente um imóvel histórico para a cidade.

## 2 A RUA QUINZE DE NOVEMBRO

As matérias do jornal *O Nacional* ao longo do período analisado focaram na extinção/afastamento da zona do meretrício. Entre as justificativas, destaca-se o local em que a zona se estabelecia: a rua Quinze de Novembro. Segundo o periódico, a rua seria “um dos locais mais privilegiados”<sup>13</sup>, pois se encontrava na área central da cidade. Utilizando-nos de um mapa atual da cidade, destacamos a localização de um antigo estabelecimento da zona do meretrício, o Cassino Palácio (conhecido por “Cassino da Maroca”), a proximidade da zona com a Avenida Brasil (principal rua da cidade) e a localização da antiga estação ferroviária:

<sup>10</sup> DREHER, M. T. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

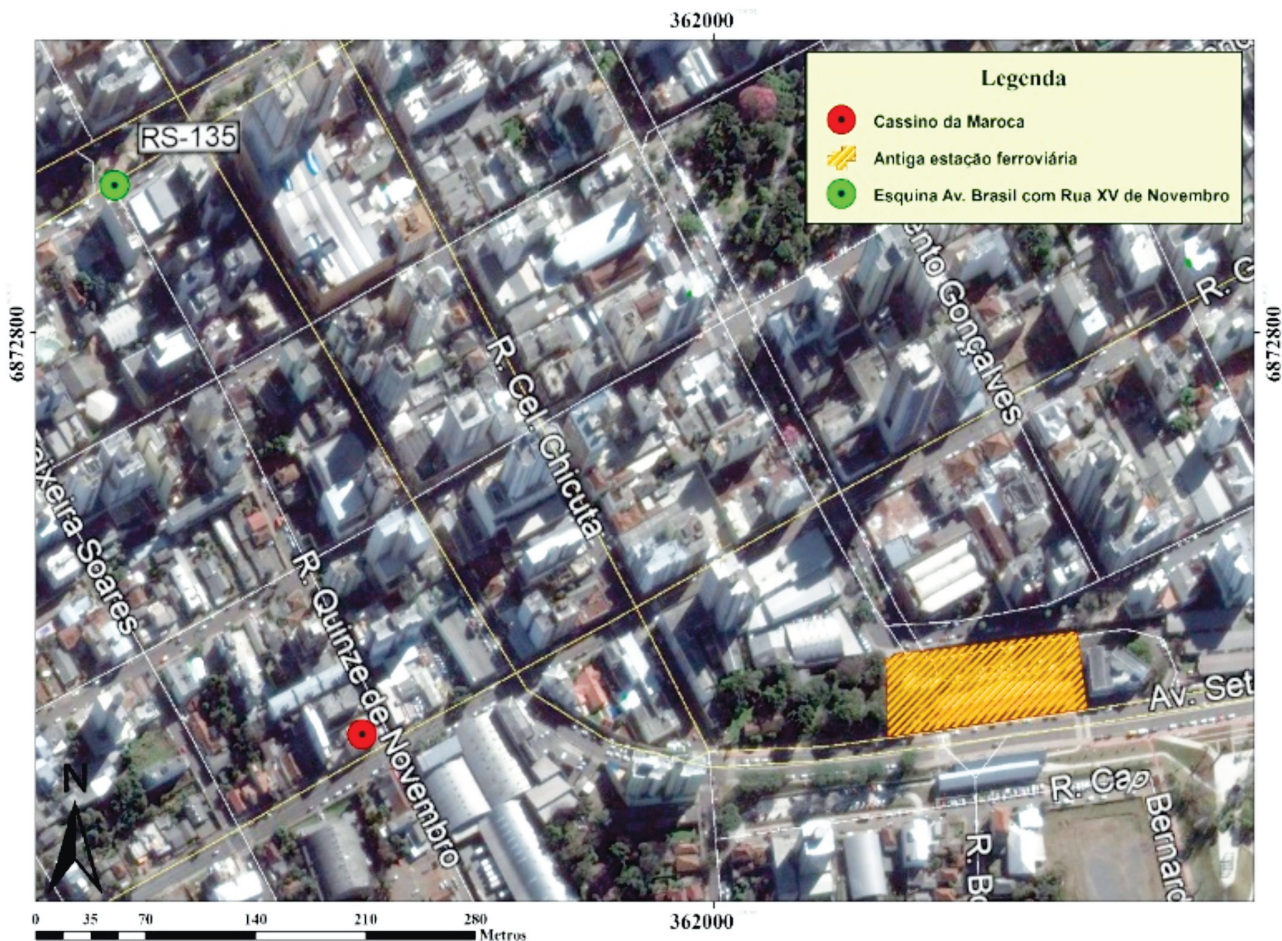
<sup>11</sup> MONTEIRO, P. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

<sup>12</sup> RIBEIRO, C. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

<sup>13</sup> PESA, como um anatema, sobre a cidade! A atual zona do meretrício deve ser extinta! É a voz unanime do povo PASSOFUNDENSE. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 09 fev. 1955.



Figura 1: Mapa atual da Rua Quinze de Novembro e seu entorno



Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-28.2625152,-52.4097836,17z>>. Acesso em: 19 set. 2017.

A proximidade da zona com a estação ferroviária antiga é relevante, pois os *dancings*, bares, cassinos, prostíbulos, restaurantes se estabeleceram na rua Quinze de Novembro em meados do século XX, período de desenvolvimento econômico em Passo Fundo em que o trem teve um papel fundamental:

O trem no Brasil significava um tremendo avanço rumo à adequação ao mundo que se modernizava em termos técnicos, em produção e desenvolvimento econômico. A indústria da madeira, a moageira, os matadouros e os frigoríficos, a rede de comerciantes, a pecuária, dentre uma série de outras atividades no município [Passo Fundo], tiveram na estrutura ferroviária a ponte necessária para a dinâmica produtiva e mercantil (TEDESCO, 2016, p. 39).

Fontes orais consultadas a respeito do funcionamento da zona do meretrício frequentemente citavam os ferroviários: “Aqui elas tinham as freguesias delas, porque aqui eram os ferroviários, né? O trem apitava, as mulheres ficavam “assanhadinhas”[...]”<sup>14</sup>. Também o jornal *O Nacional* destaca a proximidade da zona com a ferrovia, como uma justificativa para a retirada da zona da rua Quinze de Novembro: “Com o lupanar logo abaixo dos trilhos, quase no centro de Passo Fundo, que é que sucede?”<sup>15</sup>

A Quinze de Novembro abrigava estabelecimentos distintos frequentados por diferentes grupos sociais: as famílias, as prostitutas, as cafetinas, os homens da elite, os chamados “malandros”. Ao ser indagada sobre morar na rua Quinze de Novembro, uma de nossas en-

<sup>14</sup> HAHISI, M. T. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

<sup>15</sup> UMA VERRUGA no nariz da cidade. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 9, 10 out. 1949.

trevistadas responde que as famílias “tinha um diferencial”<sup>16</sup>. A diferenciação desses grupos e suas identidades se expressavam de diversas maneiras: “Era comum nas casas das meninas ter uma luz vermelha ou uma rosa vermelha na porta e nas casas de família uma plaquinha ‘é de família!’”<sup>17</sup>.

No jornal *O Nacional* foi possível observar as diferenças nos discursos relativos ao Cassino em contraposição aos outros estabelecimentos da rua. Enquanto o jornal publicava anúncios do Cassino (no mês de fevereiro de 1949 encontramos 21 anúncios) identificando-o como “O maior centro de diversões noturnas no interior do Rio Grande do Sul!”<sup>18</sup>, situado na rua Quinze de Novembro, simultaneamente lançava protestos contra os estabelecimentos da zona do meretrício classificando-os como “mercado de mulheres”<sup>19</sup>.

A relação dos nomes dos diferentes estabelecimentos da rua (casa da Maria Preta, casa da Maria Italiana, bailante da velha Ticha, prostíbulo da Olivia, entre outros) revela a presença majoritária de mulheres como proprietárias e/ou como administradoras do negócio. Em uma matéria no ano de 1951, o jornal *O Nacional* publicou a intimação de um juiz (em virtude da presença de menores na zona do meretrício) a todas “as donas de pensão”<sup>20</sup>. Assim, o periódico também revelava a presença feminina na administração dos estabelecimentos. Em 1955, ao descrever um acordo proposto pelas autoridades para a retirada da zona do meretrício, o jornal cita os nomes dos proprietários representados por um advogado: de 35 pessoas, 25 são mulheres.

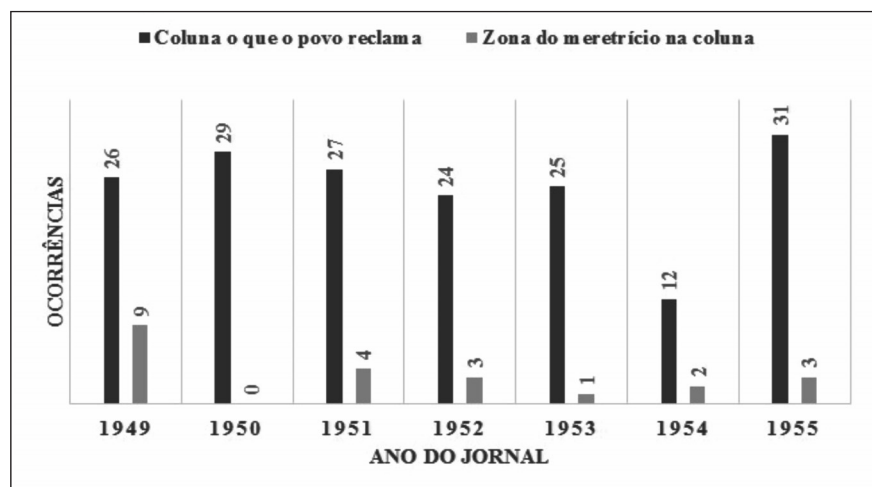
### 3 O QUE O POVO RECLAMA

A campanha proposta em 1949 a fim de retirar a zona do meretrício do centro da cidade, não surtiu efeitos e reapareceu somente quatro anos após sua primeira publicação, na edição de 15/04/1954, em um curto artigo na última página, denominado “O problema da localização do Meretrício”.

A questão só ganharia relevância nas páginas do jornal em 1955, com a aproximação do Centenário de Passo Fundo (1957). Porém, a partir da análise do período, é perceptível que, entre os anos 1949 até 1955, o jornal não deixou de fazer campanha a respeito da localização da zona do meretrício.

Passo Fundo vivenciava na década de 50 uma crescente urbanização, que pode ser evidenciada nas notícias do jornal *O Nacional* da época, como: a criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), a instalação dos correios, a vinda do primeiro caminhão de bombeiros e a obra que ligaria a ferrovia de Passo Fundo a Porto Alegre, entre outras. Nesse contexto de transformações, a zona do meretrício no centro da cidade representava um problema que, evidentemente, o jornal *O Nacional* divulgava na sua coluna “O que o povo reclama”. O meretrício apareceu em 22 das 174 vezes em que a coluna foi publicada, sendo que os demais temas nunca se repetiram na coluna no período analisado, ou seja, somente a questão da zona do meretrício foi recorrente entre as reclamações publicadas no período:

Figura 2: Periodicidade da zona do meretrício na coluna “O que o povo reclama”



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa.

<sup>16</sup> LEMES, F. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

<sup>17</sup> PINHEIRO, N. W. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

<sup>18</sup> CASSINO Palácio. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 4, 03 fev. 1949.

<sup>19</sup> A LOCALIZAÇÃO do meretrício. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 3, 29 nov. 1949.

<sup>20</sup> É ABSOLUTAMENTE vedada a presença de menores na zona do meretrício. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 4. 06 set. 1951.



A coluna “O que o povo reclama” era publicada sem uma periodicidade específica, destinada a dar espaço aos passo-fundenses, leitores do jornal, para exporem seu descontentamento com problemas da cidade. A temática das meretrizes e da rua Quinze de Novembro foi um dos temas mais abordados na coluna:

De alguns anos a esta parte, a zona do meretrício, que já ocupa uma vasta área nesta cidade, vai se alastrando pelos bairros, intrometendo-se entre as casas de família, procurando avassalar todos os recantos, pondo em polvorosa os moradores de diversas ruas que se consideram atingidos no seu decoro.[...] Torna-se necessária uma ação enérgica da policia, proibindo a continuação de tal fonte de escândalo, sem o que veremos, dentre em breve, todas as ruas tomadas pelas marafonas inextrucupulosas, ferindo profundamente o ambiente de moralidade e respeito da cidade.<sup>21</sup>

Na coluna “O que o povo reclama” as cartas destinadas ao “Sr. Mucio de Castro” apelavam para as autoridades, e na maioria das vezes eram assinadas em nome das “famílias”<sup>22</sup> ou sem nenhuma assinatura, como essa:

Os moradores das Vilas Luiza e Schell, bem como daquelas imediações, protestam contra o alastramento do meretrício para aquelas bandas saindo da zona demarcada da rua 15 de Novembro, houveram por bem fazer uma abaixa assinado, reclamando contra a falta de decoro das mulheres que se expõe em plena via pública, em algazarras até alta madrugada completamente embriagadas. [...]. Esse abaixo assinado foi levado ao sr. Prefeito Municipal, sendo logo baixado à sub-prefeitura que, por sua vez, o encaminhou á Delegacia de Polícia, que é a única repartição competente para tomar as devidas providencias.<sup>23</sup>

O tópico principal de tais reclamações era a questão da questão da moralidade (“a falta de decoro”) e do espaço ocupado (“plena via pública”). Chama a atenção na matéria citada acima o termo “zona demarcada”. Não identificamos se havia uma demarcação jurídica/oficial da rua Quinze de Novembro como área de prostituição. Todavia, fica evidente que essa demarcação existia no imaginário social, quando diversas cartas de reclamações denunciavam casas de prostituição nas demais localidades, citando a zona do meretrício como contraponto.

As reclamações referentes às algazarras das meretrizes frequentemente vinham com afirmações contrapondo-se ao trabalho entendido como honesto:

temos por chefes, humildes operários, que diariamente chegam cansados do serviço, onde vão ganhar o sagrado pão de cada dia para seus filhos [...] nossos maridos regressam ao lar e querem repousar, mas não podem conseguir, pois que mulheres divertidas continuam fazendo grossa algazarra até tarde da noite, como aconteceu na noite passada.<sup>24</sup>

[...] as ditas meretrizes, levantam algazarra, todas as noites, altas horas, inquietando o sono das famílias e dos operários que, cedo, são obrigados a encaminhar-se aos seus empregos.<sup>25</sup>

Pereira, ao analisar processos criminais, também debate a questão do ideal do trabalho: “[...] o discurso que enquadrava determinadas pessoas como marginais não passava somente pela sua desocupação, mas também por atividades desenvolvidas por elas, as quais, de acordo com a ‘ideologia positiva do trabalho’, não eram vistas como produtivas, sendo portanto desqualificadas. Entre essas atividades ‘marginais’, localizamos a prostituição” (PEREIRA, 2004, p. 96). Cabe-nos aqui ressaltar que, nessas reclamações, o foco eram as “algazarras” e a “embriaguez” que atrapalhavam o sono do trabalhador.

Todavia, os homens acompanhantes das meretrizes e frequentadores dos espaços de sociabilidade da noite passo-fundense nunca eram citados, de maneira que só as meretrizes eram responsabilizadas pelo barulho das diversões noturnas. Havia a culpabilização da prostituta pela existência das zonas de prostituição, como destacou Rago (2008, p. 166): “Mesmo que procurassem destacar os aspectos exteriores – econômicos, sociais, e culturais – que favoreciam a existência do comércio sexual do corpo feminino, a grande ênfase na explicação da existência da prostituição recaiu sobre a figura da meretriz.”

Outra acusação recorrente na coluna era de as meretrizes abordarem os homens em público: “O mulherio da referida casa em pleno dia convidam os passantes, ostensivamente, escandalizando os moradores daquela via”.<sup>26</sup> Rago (2008, p. 144) observa que essa preo-

<sup>21</sup> O QUE O POVO reclama: Alastram-se os <rendez vous> na cidade. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 2, 20 mar. 1951.

<sup>22</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 26 fev. 1949.

<sup>23</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 2, 07 jan. 1949.

<sup>24</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 25 mar. 1949.

<sup>25</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 08, set. 1951.

<sup>26</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 2, 20 mar. 1951.

cupação advinha da presença feminina no cenário urbano: “A presença feminina no cenário urbano incomodava de várias maneiras [...] como ameaça sexual, é visível a irritação provocada pelas prostitutas, quando abordavam diretamente os homens. Medo? De acordo com nosso código moral, ao sexo forte cabia a iniciativa de aproximação sexual.” Sobre a abordagem das prostitutas na zona do meretrício, há diferentes lembranças no imaginário social passo-fundense:

A mãe sempre dizia que havia um respeito, se transitava aqui como se estivesse transitando em qualquer outro lugar. Respeito que eu digo por parte das mulheres, não ficavam ali na sacada largando piada, mexendo com as pessoas que passavam, se mantinham no interior de suas casas. Que a gente às vezes vê em um filme ou em outros lugares que as mulheres ficavam na janela chamando homem, mas diz que aqui ocorria tudo interno [...].<sup>27</sup>

A interação dos leitores nas publicações da coluna “O que o povo reclama” pode ser identificada no ano de 1951, quando encontramos uma contestação de uma matéria que identificou uma “mulher honesta” como meretriz:

Tendo vosso conceituado jornal inserido, na edição de terça-feira última, uma carta em que moradores da Vila Lucas Araujo estariam reclamando contra a existência de um rendez-vous à rua Padre Valentim no.304, cumpremos, como vizinhos aludido do prédio, e esclarecendo a verdade informar a V.S que a aludida carta não expressa a verdade, pois no prédio em referencia mora dona Silvana Ferreira, viúva, com seus dois filhos menores, pessoa honesta e que vive trabalhando em costuras para manter seus pequenos filhos.<sup>28</sup>

Também podemos observar, na matéria acima, a preocupação em estabelecer as fronteiras entre as mulheres honestas e as meretrizes. A produção científica da época configurou dois tipos de figura da prostituta: a meretriz vitimizada pelas condições econômicas adversas e por um destino implacável e a *femme fatale* designada como cortesã poderosa e cruel. A primeira se prostituiria para complementar um salário miserável ou porque não tem qualificação profissional e a segunda responderia a um caso mais patológico: traumas de infância, complexos edipianos mal resolvidos, sexualidades exuberantes (RAGO, 2008, p. 23). As publicações

do jornal *O Nacional* sobre as prostitutas, em geral, caracterizavam-nas como a figura da *femme fatale* ao representar a prostituta da zona do meretrício. Evidenciamos isso, principalmente, pelo fato das matérias sempre colocarem os frequentadores como vítimas da prostituta poderosa que os atrai: “A mulher que explora esse comércio ali, de parceria com outra que mantém rendez-vous, pratica as maiores calamidades [...] fazendo ali tudo isso por iniciativa da primeira que sai todas as noites para atrair homens e mulheres para o seu antro”<sup>29</sup>.

A heterogeneidade das relações sociais na cidade de Passo Fundo na década de 1950 foi enfatizada por Domingos (1997). Para a autora, o plano urbanístico da cidade contribuía para a concentração dos segmentos considerados de nível inferior no centro da cidade, sendo que as camadas da elite local tinham que conviver com as demais categorias sociais; “[...] o convívio com essa heterogeneidade social e cultural parecia insuportável para aqueles que tinham uma visão excludente do que deveria ser uma cidade civilizada” (DOMINGOS, 1997, p. 7).

#### 4 A ZONA DO MERETRÍCIO COMO UM ESPAÇO DE VIOLÊNCIA

Além da coluna “O que o povo reclama”, a campanha do jornal *O Nacional* frente à zona do meretrício realizou-se também de forma implícita a partir de artigos e ocorrências policiais. Cenas de violência na zona do meretrício noticiadas pelo jornal não eram incomuns, ocupando principalmente a coluna “Ocorrências policiais” na última página – página 4 – do periódico. As notícias relatavam conflitos das meretrizes entre si e entre seus clientes, que frequentemente as agrediam:

O indivíduo armado de faca á rua 15 de novembro, na zona do meretrício, desafiava todos os que passavam por ali, provocando-os para briga, culminando com a tentativa de agressão á meretrizes Ana de Tal, dizendo que ia degolá-la, tendo mesmo segurado Ana pelos cabelos, do que ela se esquivou.<sup>30</sup>

No ano de 1952, em um período de 10 dias, o jornal noticia que três mulheres foram vítimas de tentativa de homicídio, especificamente degolamento. O jornal *O Nacional* satirizava a situação tratando a prática como “moda”: “[...] sendo os homens, em boa porcen-

<sup>27</sup> FREITAG, J. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyrer, 2016.

<sup>28</sup> O QUE O POVO reclama. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 2, 10 nov. 1951.

<sup>29</sup> O QUE O POVO reclama. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 6, 05 mar. 1949.

<sup>30</sup> OCORRÊNCIAS Policiais. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 4, 25 jan. 1951.



tagem, seres amigos da moda, tanto bastou para um indivíduo tentasse degolar sua amante no dia de ontem.”<sup>31</sup> A violência contra a mulher manifesta-se nesses espaços com mais intensidade, devido à condição ilegal da prostituta frente à sociedade, que a deixa mais vulnerável a agressões dos clientes e também à arbitrariedade da polícia (MOREIRA; MONTEIRO, 2012).

Entre as vezes em que a zona do meretrício ocupou a capa do jornal, 95,45% das reportagens eram relacionadas à violência, sendo que as charges faziam referência ao homicídio de Herodes, à campanha contra a localização da zona e a roubos de relógios. As abordagens do jornal podem ser observadas no quadro abaixo:

Quadro 1: A zona do meretrício na capa do jornal *O Nacional* entre os anos de 1949-1955

	Tentativa de homicídio /homicídios	Charge	Furtos	Reclamações	Conflitos	Prisões	Campanha	Outros
1949	10	4	3	1				
1950	1	1	1		2	3		2
1951								
1952	2							
1953	1	1				1		
1954	1							\
1955	1	4		1	1		3	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A coluna “outros” corresponde a abordagens não relacionadas à violência. Referem-se a um incêndio na rua Quinze de Novembro e à inauguração de um restaurante novo; neste caso, não foi usado o termo “zona do meretrício”, mas sim “rua Quinze de Novembro”.

As mulheres que trabalhavam na zona também foram alvos constante de violência. Havia a violência entre os fregueses, dos fregueses com as prostitutas, das prostitutas entre si, enfim, em diversas relações sociais constituídas na zona do meretrício poderíamos encontrar a violência. O jornal relatava diariamente essas ocasiões: “Às 22,30 horas de ontem compareceu Maria de Lourdes à Delegacia de Polícia local, dizendo-se residir à rua Quinze de Novembro e que fora agredida pelo seu amante, a socos, sem motivo justificado, sendo o mesmo intimado a comparecer para prestar declarações”.<sup>32</sup>

Notícias como essas eram comuns nas páginas do *O Nacional*, mas sem ênfase. No ano de 1952 houve um destaque nesses casos, pois em dez dias três mulheres foram alvos de tentativas de homicídio, duas delas residentes na zona do meretrício:

Não faz muito, um cabo do Exército, depois de ter degolado sua amante, na rua Independência, na zona do meretrício, cortou, com o mesmo canivete, as próprias carótidas, vindo a falecer pouco depois, ao dar entrada no Hospital São Vicente de Paulo. E sendo os homens, em boa porcentagem, seres amigos da moda, muito embora seja esta, por vezes, deprimente e muito macabra, tanto bastou para que outro indivíduo tentasse degolar sua amante, no dia de ontem, levado instintivamente pelo gesto que impulsionou o infeliz cabo, dias antes. Trata-se de moda semelhante àquela que fez

dos maridos vítimas preferidas das mulheres ciumentas, causando uma onda de homicídios no Rio de Janeiro. Pois, ontem, às 22 horas não se sabe se por ciúme ou porque, o preto Aristoteles José Antonio dos Santos fez uma tentativa de morte, felizmente frustrada a tempo.<sup>33</sup>

Menos de uma semana após os ocorridos, mais uma mulher seria vítima na zona do meretrício, seguindo a “moda”, como apontou *O Nacional*:

Ontem à noite, seriam 22,30 horas, no Anexo do Dancing Royal, à Rua 15 de Novembro, na zona do meretrício, ocorreu mais uma cena de sangue, provocada por um praça da Brigada Militar que, ao que se presume por ciúmes, tentou matar uma mulher, de modo bárbaro e sanguíneo. A cena é quase uma repetição do fato ocorrido com o soldado do I/20º. R.C, que há uma semana degolou a amante [...] A diferença é que a arma empregada pelo praça da Brigada não é um canivete, mas uma adaga, e que, ao envez de suicidar-se, procurou fugir das malhas das autoridades. O praça, que é de nome Benjamin Moreira, ontem, às 22,30 horas, dentro do quarto da mulher Teresinha de Tal, depois de uma cena de ciúmes, arrancou da adaga e investiu contra sua vítima, que procurou defender-se pela fuga, não o conseguindo, porém, tendo Benjamin desferido, em fúria selvagem, nada menos de oito golpes na zona craniana da infeliz,

<sup>31</sup> QUIZ DEGOLAR a amante com uma lamina de gilete! Foi impedido por feliz intervenção do Sr. Albino Michelleto. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 24 mar. 1952.

<sup>32</sup> OCORRÊNCIAS Policiais. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 2, 31 ago. 1949.

<sup>33</sup> QUIZ DEGOLAR a amante com uma lamina de gilete! Foi impedido por feliz intervenção do Sr. Albino Michelleto. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 24 mar. 1952.

além de pontações no antebraço e mão esquerdas, vindo a prostrar Terezinha em meio de um lençol de sangue. [...] Segundo pudemos apurar, todos os oito ferimentos são de natureza grave, e o estado de Terezinha inspira sérios cuidados. Após a prática do crime, Benjamin Moreira, como dissemos, fugiu. Tempo depois, entretanto, voltara às imediações do local, talvez para certificar-se dos acontecimentos consequentes, ocasião em que foi aprisionado por uma patrulha do 3º. R. C da Brigada Militar, que o recolheu ao xadrez daquela unidade.<sup>34</sup>

Mesmo com as matérias divulgadas, podemos observar um certo descaso com os ocorridos, pois nos dias seguintes o jornal não divulgou mais nada sobre os casos (a vítima do dia 29 recuperou-se ou não? Os homens foram condenados?). Também se evidencia como na época esses casos não eram tratados como violência contra mulher, visto que na primeira matéria o caso é comparado com o homicídio de homens, e em todos os casos o “ciúme” era apontado como a principal motivação (“tocado talvez pelo ciúme ou pelo vexame sofrido”<sup>35</sup>). A violência sofrida pelas meretrizes e o descaso das autoridades também são tratados por Pereira (2004, p. 117), que argumenta que,

Inseridas num contexto em que a grande maioria do setor público da cidade era comandada pelo sexo masculino, as leis, as normas e as regras eram elaboradas e executadas por homens; existiam relações desiguais, determinadas pelas definições dos papéis sexuais; dentro de uma sociedade em que existia um projeto moral, amparado por relações de gêneros, no qual se valorizava a virgindade e o casamento. É compreensível que as prostitutas gozassem de pouca proteção e sofressem uma desqualificação por parte das autoridades e do setor público, pois, afinal, apesar das “decaídas” terem uma função na sociedade, na visão das autoridades, a de escoamento dos desejos masculinos e preservação da moral das “moças de bem”, a referida função não se enquadrava dentro das “atividades produtivas”. Daí, certamente, o fato de as autoridades considerarem banais as violências sofridas pelas prostitutas.

Durante todo o período analisado, 1949 foi o ano em que a zona do meretrício mais apareceu nas matérias do jornal *O Nacional*. O motivo foi a morte de Herodes Nunes do Rosário, espancado até a morte pela Patrulha

da Madrugada, enquanto frequentava o estabelecimento “Bataclan” na zona do meretrício, no dia 13 de março de 1949. A Patrulha da Madrugada era responsável por manter a ordem noturna na cidade. No mês anterior ao assassinato de Herodes (17/02/1949), a Patrulha já havia sido denunciada no jornal por ter espancado um homem no Cassino Palácio.

Ao relatar o caso, o jornal *O Nacional* esclarece não possuir “nenhum resquício de parcialidade”, o que vai ao encontro da ideia que expomos no capítulo anterior, sobre o ideal da imparcialidade que os jornais passam a promover no contexto do anos 1950, destacada por Marialva Barbosa. Mesmo assim, na matéria acima, o periódico trouxe uma crítica à ação violenta da Patrulha da Madrugada. A matéria também expõe a arbitrariedade dos patrulheiros frente à autoridade do inspetor. Sobre a relação da imprensa com as autoridades policiais, Rago (2008), afirma que nas duas primeiras décadas do século XX, em São Paulo, as autoridades queriam mais poderes para agir nas zonas de meretrício, todavia, só o conseguiram a partir de 1942 com a criação da Delegacia de Costumes e Jogos do Gabinete Geral. Mas, embora em vários momentos as atitudes policiais ganhassem apoio dos periódicos, “muitas vezes a própria polícia era objeto de ataque por parte dos jornalistas e de outros setores sociais. A criminalização crescente das práticas populares de lazer, incluindo-se aí as sexuais, não se dava sem encontrar forte resistência por parte de quem se sentia lesado” (RAGO, 2008, p. 131).

O caso da Patrulha da Madrugada ganhou espaço também no jornal *Diário da Manhã*, periódico local, concorrente do *O Nacional* e influente na época, que, diferentemente do *O Nacional*, posicionou-se em defesa da Patrulha. Ainda no mês de março, o *Diário da Manhã* denunciava que, após o caso de Herodes, “a polícia passo-fundense tem se visto em situações bastante delicadas, para cumprir sua missão, principalmente na zona do meretrício, onde os desordeiros e bêbados continuam dando alterações”<sup>36</sup>.

A forma como eram realizadas as abordagens da Patrulha na zona do meretrício constitui parte da memória coletiva sobre a rua:

A patrulha era muito rigorosa, e o delegado era o Serafim de Melo, um homem muito enérgico, impõe respeito, ocorriam vários crimes e ficava por

<sup>34</sup> DESFERIU oito facadas no cráneo da mulher! Cena de sangue ocorrida ontem á noite, na Rua 15 de Novembro. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 4, 29 mar. 1952.

<sup>35</sup> TRAGEDIA passional! Num ato tresloucado, o homem degolou a amante, pondo, em seguida, termo á existência, seccionando a carótida! **O Nacional**, Passo Fundo, p. 1, 19 mar. 1952.

<sup>36</sup> A POLICIA está carregando no cólo! **O Nacional**, Passo Fundo, p. 4, mar. 1949.

isso mesmo. O Serafim de Melo deixou História aqui em Passo Fundo, um homem muito rigoroso, andava armado com um revólver, uma espada, um homem alto e forte e as pessoas temiam muito! Tinham medo dele, “olha, lá vem o Serafim aí”, e já era o suficiente para o pessoal se mandar do local. E a patrulha era apoiada pelo delegado, então fazia o que queria.<sup>37</sup>

A quantidade de matérias publicadas em *O Nacional* sobre crimes, brigas e assassinatos ocorridos na zona do meretrício, principalmente na capa do jornal, revela que a zona foi representada como um espaço violento e perigoso nas páginas do periódico. Mas fontes orais, ao serem questionadas a respeito da violência na zona, demonstraram diferentes perspectivas: “De vez em quando se desentendiam, iam para o soco, essas coisas poderiam acontecer, mas violência desenfreada não tinha”<sup>38</sup>, “Não! Não era violento, era um lugar calmo, que tu podia sair dali, subir de a pé até o hotel e dormir ali, que nada mexia, era bem tranquilo, era um ambiente familiar!”<sup>39</sup>, ou “[...] A violência sempre existiu, principalmente nesse meio aqui, a própria zona, como falei anteriormente, 90% da população andava armada, a patrulha era muito rigorosa [...] e ocorriam vários crimes que na maioria das vezes ficava por isso mesmo, não se investigava, morriam as pessoas, enterravam, e ficava assim mesmo.”<sup>40</sup> Se de fato a zona do meretrício era um local violento ou não, não podemos afirmar, uma vez que nosso objetivo não é averiguar a veracidade das matérias do jornal. Mas podemos problematizar essa representação da zona como um espaço violento, contrapondo relatos de antigos moradores e frequentadores daquele espaço, todavia precisamos levar em conta que a compreensão de um local como violento ou não é um fator muito relativo, pois é singular e subjetivo.

### 5 A RETIRADA DA ZONA DO MERETRÍCIO DA RUA QUINZE DE NOVEMBRO

Como já observamos, a coluna “O que o povo reclama” abordava constantemente reclamações sobre a zona do meretrício; mesmo quando o ocorrido não era na rua Quinze de Novembro, se envolvia prostituição, a

zona do meretrício era citada. No mês de outubro de 1949, uma dessas reclamações, ao falar sobre um prostíbulo localizado na Rua Moron, abordou pela primeira vez a questão do meretrício localizar-se no centro da cidade:

Os moradores da Rua Moron, lados do Boqueirão e nas imediações da casa nº 2.957, fizeram um abaixo assinado, onde constam assinaturas de diversas pessoas de família, e o entregaram (ao que nos consta) ao sr. Acilino do Nascimento, digno Delegado de polícia, protestando contra a existência, aliás recente, de uma casa de meretrizes [...] Na verdade, não se concebe que o meretrício, que tem uma vasta área da cidade como habitat exclusivo, venha alastrar-se pela urbs, tomando vulto e ponto em cheque a moral dos habitantes desta Capital do Planalto. O meretrício ocupa, como dissemos, uma vasta área, e em ponto quase central, área arrancada á urbanização e habitação das famílias, criando verdadeiro entrave para o problema de locação ás famílias. Pois bem, como se isso já não bastasse, as meretrizes procuram alargar o seu campo de ação, avassalando a cidade.<sup>41</sup>

No dia seguinte, o jornal *O Nacional* reservou uma matéria intitulada “Uma verruga no nariz” para abordar o assunto da localização da zona, expondo “seu parecer”:

O meretrício constitui um verdadeiro problema para a cidade. E um constante desassossego para seus habitantes, pelo simples fato de achar-se localizado a dois passos do centro. E, como se não bastasse a vasta área cedida às mulheres da vida airosa, o meretrício pretende ainda alastrar-se por outras bandas, avassalando aos poucos os locais destinados ás famílias. Somos do parecer, por isso, que o meretrício devia ser instalado em recanto afastado, fora da cidade, libertando a Metropole da Serra dessa chaga purulenta que lhe afeia as faces e a torna celebre, nesse respeito, em todo o Rio Grande do Sul, sendo o motivo obrigatório das conversas dos viajantes de todas as latitudes. A área ocupada pelo meretrício é uma área roubada á cidade, a dois passos do centro, área que poderia ser edificada e transformada para a moradia das famílias. [...] As famílias vão se localizando cada vez em pontos mais distante, obrigando a grandes caminhadas os que trabalham no centro

<sup>37</sup> FREITAG, J. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

<sup>38</sup> D'ARENZO, A. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

<sup>39</sup> RIBEIRO, C. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

<sup>40</sup> FREITAG, J. **Documentário audiovisual**: Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

<sup>41</sup> O QUE O POVO reclama. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 26 out. 1949.



ou a gastos com ônibus, passando martírios em tempo de chuva, pois nas zonas retiradas o lodacal é um complemento infalível das nossas ruas. Enquanto isto, o meretrício está aqui perto, nos queixos da cidade, zombando do mal estar alheio. A cidade vai se alastrando para o norte, sul, leste e oeste: enquanto isso, a zona do meretrício continua no mesmo: uma verruga no nariz da cidade. A cidade, assim, vai crescendo á volta da zona interdita que se vai transformando numa bolsa incomoda, ocupando quase o centro da área destinada ás famílias. Passo Fundo tende a progredir, cada vez com mais ímpeto, e a zona do meretrício não poderá ficar indefinidamente no lugar em que está, sob pena de prejudicar não só a urbanização da Metropole da Serra, como entravar a marcha natural do nosso desenvolvimento.<sup>42</sup>

No mês seguinte, o jornal abordou novamente o assunto. Sob o título “Um quisto no coração de Passo Fundo”, dessa vez destacava a responsabilidade das autoridades em solucionar o problema da localização do meretrício:

Como a cidade cresce dia a dia, a área proibida não poderá continuar no lugar em que está, sob pena de entravar o desenvolvimento da nossa urbs, acarretando sérios transtornos ao povo e ás próprias autoridades municipais, encarregadas da urbanização e remodelação da Metropole da Serra. Urge, pois, que as nossas autoridades encarem desde logo o problema, estudando o atentamente, afim de ser providenciada nova localização para o meretrício, levando em conta o próprio bem e saneamento moral da nossa cidade<sup>43</sup>.

Não tardou para que as autoridades se pronunciassem, e alguns dias depois *O Nacional* publicou uma matéria denominada “A localização do Meretrício” com os esclarecimentos do delegado de polícia:

Temos atacado o problema da localização do meretrício na cidade, argumentado sobre a necessidade de os poderes competentes transferirem para zona retirada o “mercado de mulheres”, atualmente situado no coração da cidade. A nossa campanha mereceu referencia especial do sr. Acilino do Nascimento, delegado de Policia, que concordou com a necessidade dessa transferência. Entretanto, fez ver a complexidade do problema: qual o proletário de terras, nos subúrbios que queira edificar residências para esse fim? Ou quem desejara abandonar sua casa, ai fora, para cedê-la isto é,

vende-las e aluga-las? E o problema se torna mais complexo ainda quando se sabe que serão precisas, pelo mínimo, duzentas ou trezentas casas... O Meretrício aqui em Passo Fundo, é grande, grandíssimo mesmo! Nada menos de 800 mulheres estão fichadas na policia, sendo o seu numero total, em atividade, mais de mil... O problema esta aí a desafiar a capacidade, a argucia e boa vontade das nossas autoridades. Esperamos, todavia, que algo possa ser feito no sentido da solução adequada da questão que é, na verdade, uma das mais sérias com quem já nos temos defrontado.<sup>44</sup>

“A localização do Meretrício” foi a última reportagem abordando a localização da zona no ano de 1949. No ano seguinte (1950) ainda havia muitas notícias sobre a morte de Herodes (assassinado na zona pela Patrulha da Madrugada), pois o caso estava em julgamento. As notícias sobre as ocorrências policiais na zona também circularam com frequência nas páginas do *O Nacional*. Mas o assunto sobre a localização da zona não estava mais sendo abordado, após a declaração do delegado de polícia no ano anterior. Todavia, isso não significa que as autoridades houvessem se esquecido da zona. Uma matéria no mês de junho noticiava que a Delegacia de Polícia estava fazendo “intensa campanha contra os larápios, os malandros e desordeiros que infestam a cidade e que, costumeiramente provocam alvoroços na zona do meretrício”<sup>45</sup>, e o jornal alegava: “É de se louvar a ação enérgica da policia nesse sentido, inclusive na parte que diz respeito á repressão aos perturbadores da ordem publica de todos os matizes.”<sup>46</sup> Em 1949 o jornal *O Nacional* criticava a repressão da Patrulha que resultou no assassinato de Herodes Nunes do Rosário, e no ano seguinte louvava a ação repressiva dos policiais na zona.

A campanha de 1949 não teve força, e nos anos seguintes (1951, 1952 e 1953) o tema da localização do meretrício na rua Quinze de Novembro não ganhou espaço. Mas a repressão policial na zona do meretrício teve continuidade, mesmo mudando o delegado, e o jornal *O Nacional* permaneceu divulgando e apoiando as ações:

Dia a dia vai crescendo o numero de vadios nessa cidade, principalmente nos bairros e na zona do meretrício, elementos esses que vão se atolando no vicio e no crime [...] Em boa hora a policia local vem desenvolvendo severa campanha contra a

<sup>42</sup> UMA VERRUGA no nariz. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 27 out. 1949.

<sup>43</sup> UM QUISTO no coração de Passo Fundo. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 10 nov. 1949.

<sup>44</sup> A LOCALIZAÇÃO do meretrício. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 29 nov. 1949.

<sup>45</sup> OCORRÊNCIAS Policiais. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 1, 03 jun. 1950.

<sup>46</sup> Ibid.

malandragem e a embriaguez, contra todos os elementos desordeiros. Numa batida pela cidade e pela zona do meretrício foram detidos por embriaguez: [...].<sup>47</sup>

As ações policiais se estenderam por todo o período analisado, e foram intensas entre os anos de 1951 a 1953 (período em que *O Nacional* não abordou a campanha de afastamento da zona). Em algumas ocasiões, a própria delegacia comunicava-se com os proprietários de estabelecimentos na zona, por meio de “editais”, o que nos sugere que o *O Nacional* detinha uma significativa circulação popular:

Delegacia de Polícia de Passo Fundo. Edital: JOSÉ JOAQUIM GONLVES BRAGA, Delegado de Polícia no município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, FAZ SABER aos senhores proprietários de dancings, bares e restaurantes, localizados na Zona do Meretrício, que a partir de 31 do corrente até 3 de Novembro, suas respectivas casas, deverão permanecer fechadas. A presente determinação tem seu fundamento em virtude de, nas datas acima mencionadas, ser expressamente proibida a venda de quaisquer bebidas alcoólicas, uma vez que nesse período terá seu transcurso as eleições municipais [...].<sup>48</sup>

Outro fato que se destacou nesses anos também é que as matérias do jornal que tratavam das ocorrências policiais na zona do meretrício anteriormente divulgadas nas últimas páginas passaram a ocupar a capa do jornal. Em 1954, o tema da localização voltou a ser discutido (talvez pelas sucessivas intervenções policiais na zona). Entretanto, foi no ano de 1955 que a repressão na zona se intensificou. No mês de fevereiro, o novo delegado, Joaquim Germano Melgaré, determinou o fechamento de dois *dancings* da zona. A justificativa apontada pelo jornal *O Nacional* era a presença de homossexuais :

[...] pode comprovar a policia, imperava nos mesmos a pratica do homossexualismo, em compartimentos superiores e especiais, constituindo fonte perene de escândalos. Tratava-se de elementos vindos de Porto Alegre, diretamente a esta cidade, que se entregavam desbragamente á pratica perversa, manchando negramente o bom nome da cidade.<sup>49</sup>

A utilização da homossexualidade como justificativa deu legitimidade às ações policiais perante a opinião

pública, e o *O Nacional* passou a visibilizar a “campanha” do delegado destacando a motivação do mesmo:

Vem obtendo a mais simpática repercussão, na cidade, a oportuna medida do Delegado Joaquim Germano Melgaré [...] A imoralidade campeava ali de maneira a mais estremada e infrene, chegando ao ponto de os citados dancings, não satisfeitos com a frequência das meretrizes, mandarem vir elementos da escoria porto-alegrense, dados ao homossexualismo, para melhor satisfazerem aos apetites dos enfermos sexuais e tarados de todas as espécies, transformando ditas casas em antros nauseabundos e infames. Damos, por isso, todo o nosso apoio à medida do sr. Joaquim Germano Melgaré [...] Somos de opinião que a zona do meretrício deve sair da parte central da cidade, onde se localiza actualmente, isso tendo em vista a aproximação das festas do Centenário do Município [...].<sup>50</sup>

Aproveitando-se das medidas e justificativas do delegado, o jornal *O Nacional* empregou a comemoração do Centenário de Passo Fundo (previsto para 1957) como uma das justificativas para o afastamento da zona do meretrício do centro da cidade. Foram diversos os argumentos expostos pelo periódico. Segundo algumas matérias, a localização era responsável por trazer uma fama à cidade de Passo Fundo que “se estende não apenas pela região, mas em todo o Estado”<sup>51</sup>. A possibilidade dos “forasteiros” confundirem as famílias com as pessoas da zona do meretrício também foi um pretexto para dar sustentação à campanha:

[...] Não há distinção entre a zona familiar e a zona do meretrício. Poderíamos responder que há distinção, mas essa distinção é conhecida pelos pasofundenses e não pelos forasteiros. Imagine-se, agora, o que não será na época dos festejos do Centenário, com uma multidão de forasteiros que saem de uma casa de família, possivelmente parentes, e, ao dobrar a esquina, topa, de chofre, com uma casa de prostituição...Que dirão esses forasteiros da nossa moralidade?<sup>52</sup>

O jornal foi destacando sua campanha e a atuação do delegado todos os dias, e comprometia-se com a retirada afirmando “não descansar, enquanto não for extirpado do centro tamanha mazela”.<sup>53</sup> Também passou a ressaltar seus apoiadores: “Estamos recebendo o

<sup>47</sup> A POLICIA em campanha contra a vadiagem. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3, 11 ago. 1953.

<sup>48</sup> DELEGACIA de Polícia de Passo Fundo. Edital. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 1<sup>o</sup> jan. 1951.

<sup>49</sup> REPRESSÃO aos escândalos e á imoralidade. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 03 fev. 1955.

<sup>50</sup> APLAUSOS à campanha do Delegado de Polícia, em prol da MORALIDADE. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 04 fev. 1955.

<sup>51</sup> IMPÕE-SE a extinção da atual “zona do meretrício”. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 05 fev. 1955.

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> A ATUAL ZONA do meretrício recebe a condenação pública! *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 08 fev. 1955.

apoio moral das famílias que estão visitando a redação deste vespertino, a fim de hipotecar a sua irrestrita solidariedade”.<sup>54</sup> As autoridades da Igreja Católica de Passo Fundo também se manifestaram nas páginas do jornal como apoiadores da causa:

Não nos interessa discutir o assunto sob o aspecto legal. O que debatemos é o lado prático da questão. A zona do meretrício está localizada em zona residencial, o que constitui uma afronta à sociedade à moralidade pública. Compete, portanto, aos poderes públicos providenciarem no sentido de sanar esse mal, que tanto prejuízo traz à infância e à juventude. O convívio quase que obrigatório da juventude, dada a proximidade, faz com que perca ela, quase o respeito mútuo, entre moços e moças, em detrimento dos futuros lares, que são as células de uma nação moralmente sadia [...]. Revdo. Congeo Jose Gomes, vigário da catedral.<sup>55</sup>

Se desejamos que Passo Fundo progrida, material e moralmente, e que adquira a fama de cidade honesta, onde qualquer família possa fixar sua residência sem temores, é necessário que a zona do meretrício seja afastada [...] Certamente, as autoridades locais não de avocar a grande honra de terem sido as pioneiras do saneamento moral da Capital do Planalto. Monsenhor Paulo Chiamonte.<sup>56</sup>

Mesmo com o insucesso da campanha nos anos anteriores, o jornal declarava que agora contava com “a boa vontade demonstrada pelos srs. Vereadores municipais, bem como a ação dinâmica e anti-demagógica do sr. prefeito Mário Menegaz”.<sup>57</sup> De fato, o prefeito já havia declarado no jornal seu apoio ao afastamento da zona, bem como sua certeza de que não haveria resistência dos(as) proprietários(as): “Temos a certeza de que não vamos ter dificuldade nenhuma na execução dessa iniciativa, porquanto contamos com o alto espírito de colaboração pública dos proprietários e proprietárias daquela zona, que precisam colaborar com a nobre iniciativa que será executada pelos poderes públicos.”<sup>58</sup>

O esforço do jornal e dos diversos setores envolvidos não tardou a repercutir. Ainda no mês de fevereiro, o delegado Joaquim Germano Melgaré suspendeu as concessões de alvarás para os *dancings*.<sup>59</sup> A campanha do jornal, por indicação do vereador Angelino Rafael Jacinini, foi aplaudida e louvada em ata na Câmara, no dia 11 de fevereiro de 1955, por unanimidade.<sup>60</sup> No dia 16 de fevereiro, *O Nacional* já considerava sua campanha vitoriosa, após a declaração do delegado Melgaré de que, a partir do dia 10 de março, fecharia todos os *dancings* que funcionavam na rua Quinze de Novembro.<sup>61</sup>

Fica evidente, ao longo do trabalho, a importância que os delegados de polícia tinham na época para a sociedade passo-fundense. O delegado Melgaré empenhou-se na retirada da zona do meretrício, sendo estimado por diversos setores, principalmente pelo jornal *O Nacional*. Todavia, em março, poucos dias antes do fechamento dos *dancings* declarado por ele, o delegado foi transferido para a cidade de Soledade. *O Nacional* declarou que havia um movimento em “pról da permanência do sr. Joaquim Germano Melgaré” e inclusive que as autoridades religiosas estavam “trabalhando, no sentido da permanência do delegado Melgaré, efetuando démarches junto ao governo do Estado”<sup>62</sup>.

Mesmo que o jornal tenha apontado o afastamento da zona do meretrício da rua Quinze de Novembro como motivação para a transferência do delegado Melgaré, o novo delegado, Aldo Pinto de Moraes, comprometeu-se com o afastamento da zona. Em 11 de março de 1955, foi assinado um acordo entre as autoridades locais e os proprietários da zona (representados por um advogado) fixando o prazo de um ano para a retirada dos estabelecimentos da rua Quinze de Novembro.<sup>63</sup> A retirada da zona envolveu diversos interesses, entre eles, o imobiliário. *O Nacional* defendeu esses interesses durante a campanha de retirada/afastamento, utilizando-se de diferentes justificativas para ganhar o apoio da população passo-fundense.

<sup>54</sup> Ibid.

<sup>55</sup> Ibid.

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> ACABEMOS com a atual zona do meretrício! *O Nacional*, Passo Fundo, p. 3. 09 fev. 1955.

<sup>58</sup> A ATUAL ZONA do meretrício recebe a condenação pública! *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4. 08 fev. 1955.

<sup>59</sup> CANCELADAS licenças para os Dancings, na zona. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 10 fev. 1955.

<sup>60</sup> APLAUSOS da Câmara á campanha de *O Nacional* e ás determinações do delegado Melgaré. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 12 fev. 1955.

<sup>61</sup> VITORIOSA campanha de *O Nacional*. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 16 fev. 1955.

<sup>62</sup> O POVO PEDE A PERMANENCIA DO SR. MELGARÉ ! *O Nacional*. 1955. p. 4, 02 mar. de 1955.

<sup>63</sup> Lavrado o acordo, fixando praso para a permanencia da atual zona do meretrício. *O Nacional*. 1955, p. 1, 12 mar. de 1955.



## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BODERNAVE, J. E. D. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DOMINGOS, Maria D. C. **Uma verruga no nariz: a transferência do meretrício da rua 15 de Novembro**. 1997. Dissertação (Mestrado em História Regional) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 1997.
- GAWRYSZEWSKI, A. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Domínios da Imagem**, Londrina, n. 2, maio 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/issue/view/1013/showToc>>. Acesso em: 25 out. 2016.
- JANOTTI, M. L. M. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2010.
- LUCA, T. R. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassaneze (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MOREIRA, I. C. C. C.; MONTEIRO, C. F. S. A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 5, set./out. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692012000500018&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692012000500018&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 09 maio 2015.
- NASCIMENTO, M. **Prazer marginal e política alternativa: a zona de meretrício em Passo Fundo (1939-1945)**. 2003. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993.
- PEREIRA, Ivonete. **“As decaídas”**: prostituição em Florianópolis (1990-1940). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROHRIG, D. **Nos embalos do Cassino da Maroca**: um pulo de 60 anos no passado para reviver a época de ouro das noites de Passo Fundo. Passo Fundo: Nexjor – FAC-UPF, 2016. Disponível em: <<https://nexjor.atavist.com/nos-embalos-do-cassino-da-maroca>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- TEDESCO, J. C. Dinâmicas econômicas de Passo Fundo na primeira metade do século XX. In: MEYRER, M. R. (Org.). **Quinze de Novembro**: fronteiras da (in)tolerância: Passo Fundo (1940-1955). São Leopoldo: Oikos, 2016.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2005.